



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Dês. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

189

DESAFORAMENTO Nº 0189864-6

COMARCA: SERRA TALHADA - PE

REQUERENTE: FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: Processual Penal.
Desaforamento. Homicídio qualificado.
Tribunal do Júri. Pronúncia. Dúvida
sobre a imparcialidade dos jurados e
segurança do réu. Inocorrência.
Inaptidão dos fatos alegados.
Abstração. Conjecturas. Informações
prestadas pelo juiz é esclarecedora da
desnecessidade da medida requerida
– **PEDIDO INDEFERIDO - DECISÃO
UNÂNIME.**

1. Dúvidas sobre a imparcialidade do júri e a falta de segurança pessoal do réu se não restar demonstrada são meras conjecturas que não se prestam para modificar a competência territorial do Tribunal do Júri.
2. Alegação de que a vítima da tentativa de homicídio e os familiares desta possuem influência política e social ensejadora da condenação do réu são ilações que não produzem qualquer efeito prático.

3. Informação do juiz de Direito do lugar do crime acerca das condições de realização da Sessão Plenária do Tribunal do Júri e submissão do réu a júri popular indica a desnecessidade da modificação da competência territorial do julgamento.
4. Desaforar o julgamento do réu, portanto, exige motivação idônea, porquanto a competência do Tribunal do Júri é firmada pelo lugar da consumação do crime. Admite-se apenas nos casos em que restar demonstrada a sua necessidade, nas hipóteses no art. 427, do Código de Processo Penal.
5. Pedido indeferido.

190

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Desaforamento nº 0189864-6 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em indeferir pedido de desaforamento do réu DAMIÃO JOÃO DA SILVA, que deverá ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da comarca de Serra Talhada, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

DESAFORAMENTO Nº 0189864-6

COMARCA: SERRA TALHADA - PE

REQUERENTE: FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

191

RELATÓRIO

O bel. FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES, arrimado no art. 427 do CPP, requer o desaforamento do julgamento do réu **DAMIÃO JOÃO DA SILVA**, pelo Tribunal do Júri da comarca de Serra Talhada, motivado por interesse de ordem pública, segurança do réu e risco à imparcialidade do Conselho de Sentença.

O requerente alega que o julgamento do réu porá em risco a ordem pública e sua segurança em face do fundado receio de quebra da imparcialidade dos jurados.

Afirma que são fortes os informes de insegurança no julgamento do réu. Informa, que a vítima sobrevivente, atualmente, é secretário municipal de saúde, é de família influente e tradicional da cidade e sobrinho de um respeitável médico.

Afirma, que é comentário geral e quase certo a condenação do requerente, pois a vítima e seus familiares pressionarão os jurados a votarem pela condenação do réu. Ao final, pugna pelo deferimento do pedido determinando-se o desaforamento do júri para uma comarca mais distante.

O Promotor de Justiça em exercício na comarca entende que inexistem riscos a imparcialidade dos jurados, que atuam com isenção e zelo. Nem há notícia de que a condenação do réu esteja certa. Razões injustificadas para o deslocamento da competência também quanto à segurança do réu, manifestando-se pelo indeferimento do pleito.

Des. Maggi

A juíza *a quo* relata em suas informações que a realidade hoje é outra, pois com o réu custodiado, a comarca se encontra tranqüila e em paz. A ordem pública está assegurada, bem como a segurança e integridade do réu. Quanto à alegação de parcialidade dos jurados, em virtude da vítima sobrevivente ser o atual secretario de saúde municipal e sobrinho de um respeitado profissional médico, entende tal alegação como infeliz e descabida.

192

Informa, que considera ausentes os motivos autorizadores da medida pleiteada, não vislumbrando razão para o desaforamento do julgamento do réu e no final, informa, que não hesitará em fazer cumprir o que a lei determina no tocante a preservação do interesse da ordem pública.

De acordo com o parecer do Procurador de Justiça Nilton de Araújo Barbosa, o pedido de desaforamento parece destituído de razão em face da manifestação do órgão ministerial e das informações prestadas pela juíza *a quo*. Não restou demonstrada a propalada influência política e social da família de uma das vítimas que pudesse viciar a livre manifestação do julgamento da causa. Também não há motivo para se temer pela segurança pessoal do réu, bem ainda pela manutenção da ordem pública no dia do julgamento, pois o 14º Batalhão de Polícia Militar tem sede na comarca. Opina pelo indeferimento do pedido.

É O RELATÓRIO.

À Doula Revisão.

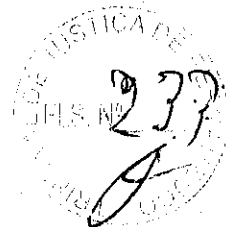
Recife, 03 de Dez de 2009.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

Relator/Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

DESAFORAMENTO Nº 0189864-6

COMARCA: SERRA TALHADA - PE

REQUERENTE: FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

193

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de pedido de desaforamento do julgamento do réu **DAMIÃO JOÃO DA SILVA**, ref. Processo nº 238.2007.002095-0, requerido pelo bel. FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES, arrimado no art. 427 do CPP, do Tribunal do Júri da comarca de Serra Talhada, motivado por interesse de ordem pública, risco à imparcialidade do Conselho de Sentença e insegurança do réu.

Conforme relatado, o requerente alega que o julgamento do réu **DAMIÃO JOSE DA SILVA** põe em risco a imparcialidade dos jurados e a ordem pública, além de faltar segurança pessoal ao réu, haja vista, que a vítima sobrevivente é de família notoriamente influente na política e no meio social. Com isso, o requerente teme que os jurados sejam pressionados a proferir um veredicto condenatório.

Examinando-se o pleito do requerente, vê-se, que não deve prosperar, porquanto não preenche os requisitos do art. 427, do CPP, pois não restou demonstrado os fatos alegados nem a necessidade da modificação da competência territorial do julgamento do réu para outra comarca. Não está comprovado nenhuma ameaça a ordem pública ou cooptação dos jurados que possa justificar o desaforamento do julgamento do réu.

fcst



Como se sabe, desaforamento é medida excepcional que poderá modificar a competência jurisdicional dos feitos afetos ao Tribunal do Júri por inaptidão dos jurados na emissão de um veredicto. Questões de interesse público ou dúvida sobre imparcialidade do julgamento devem ser concretas. Inadmite-se as divagações que não evidenciem essa possibilidade. É o que se afigura no presente caso. 194

A modificação do local do julgamento do réu depende de razoável dúvida sobre a imparcialidade dos jurados. No caso dos autos, não restou demonstrada tal necessidade. Dispõe o art. 70, do CPP, que o réu deve ser julgado no lugar em que supostamente praticou o crime. Essa é a regra adotada pelo ordenamento jurídico pátrio. Se nenhuma das circunstâncias que cercam o caso tiver dentre as hipóteses do art. 427, do CPP, é porque o réu deve mesmo ser julgado pela sociedade local.

Quanto à questão da segurança do réu não há qualquer problema, pois a comarca de Serra Talhada sedia o 14º Batalhão de Polícia Militar. No tocante ao risco de quebra da imparcialidade dos jurados, não deve prosperar, porquanto não há notícia de que os jurados tenham sido procurados, pressionados, ou ameaçados a proferirem um veredicto desfavorável ao réu em detrimento da sua culpabilidade.

Deste modo, o requerente não logrou demonstrar a necessidade da modificação da competência territorial do Tribunal do Júri da comarca de Serra Talhada. Os argumentos são frágeis e abstratos, conjecturas, faltam concretude e consistência ao pedido que justifique a supressão da Instância. A aptidão para a mudança do local do julgamento do réu é o que se exige dos fatos. O pedido não fundamenta a certeza do alegado como suficiente para o deferimento da pretensão.

Em suas informações, o juiz *a quo*, considerou infeliz e descabida o pedido de desaforamento do julgamento feito pelo réu, posto que os motivos autorizadores da medida pleiteada não se encontram presentes. Ademais, a comarca se encontra tranqüila e em paz, não há razão para modificar a competência territorial do Júri. A ordem pública assegurada, a segurança e integridade do réu são bons indicativos de que é desnecessária a adoção da medida excepcional pretendida.



Com isso, por não vislumbrar qualquer das hipóteses do permissivo processual penal (art. 427), acerca da modificação da competência territorial, e, em consonância com o parecer do dr. Procurador de Justiça, meu voto é pelo indeferimento do pedido, devendo o réu ser submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri da comarca de Serra Talhada, onde o fato criminoso aconteceu.

195

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

236
7

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 189864-6

196

DESAFORAMENTO

REQUERENTE: FÁBIO ANCELMO DE SIQUEIRA LOPES

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: NILTON DE ARAÚJO BARBOSA

VOTO

Trata-se de Pedido de Desaforamento do julgamento do réu **DAMIÃO JOÃO DA SILVA**, pronunciado pelos crimes previstos nos arts. 121, §2º, inciso II e IV e 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, todos do Código Penal, nos autos do processo-crime nº 238.2007.002095-0, o qual tramita na Comarca de Serra Talhada.

O requerente argumenta que o desaforamento se faz necessário diante do justo receio de que o julgamento naquela Comarca de ofereça risco à ordem pública, à segurança do réu, além da imparcialidade dos jurados.

Sustenta que um dos ofendidos pode exercer influência política e social sobre o corpo de jurados, vez que se trata do Secretário de Saúde do Governo Municipal daquela Cidade. Acrescenta que há notícias de que "a rotina da comunidade de Serra Talhada poderá correr riscos com a realização do Júri nesta Comarca, pois são fortes os informes de segurança neste julgamento".

Nos termos do art. 424 do Código de Processo Penal, "se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu, o Tribunal de Apelação, a requerimento de qualquer das partes ou mediante representação do juiz, e ouvido sempre o procurador-geral, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não subsistam aqueles motivos, após informação do juiz, se a medida não tiver sido solicitada, de ofício, por ele próprio."

197

Assim, o desaforamento poderá ser realizado sempre que houver interesse da ordem pública, comprometimento da imparcialidade dos jurados, dúvida sobre a segurança do réu ou atraso injustificável na realização do julgamento popular.

No caso em exame, o pedido formulado pelo requerente não merece guarida. A alegada imparcialidade dos jurados não restou comprovada. Meras suposições de que a propagada influência política e social do ofendido possam interferir na decisão dos jurados não são suficientes para deslocar o julgamento popular. O pedido de desaforamento, para ser deferido, deve estar baseado em fatos concretos existentes nos autos, o que não se verifica na hipótese em tela.

Colaciona-se, por oportuno, o seguinte Precedente do Supremo Tribunal Federal:

STF: "O desaforamento - que atua como causa derogatória da competência territorial do júri - reveste-se de caráter de medida excepcional. O réu deve ser julgado no lugar em que supostamente cometeu o delito que lhe foi imputado. A mera alegação de parcialidade dos jurados, desacompanhada de qualquer comprovação idônea e eficaz, não basta para justificar o desaforamento". (RT 701/408).

Neste sentido, inclusive, é o entendimento do juiz em exercício naquela Comarca, o qual reconhece não existir nenhum dos motivos alegados pelo requerente, afirmando que a ordem pública está assegurada, assim como a segurança e integridade do réu. 198

Este também é o entendimento do representante da Promotoria de Justiça na Comarca de Serra Talhada e da douta Procuradoria de Justiça. Portanto, há opiniões congruentes no sentido de que não foi provada de forma concreta a influência da vítima e de sua família, capaz de comprometer a imparcialidade do júri.

É bastante significativo o fato de tanto o representante do Ministério Público como o Juiz da Comarca externarem o mesmo pensamento quanto à imparcialidade do júri, mormente quando ambos vivenciam o cotidiano da sociedade de Serra Talhada, e, pelo fato de conviverem e trabalharem junto à comunidade, ambos possuem mais elementos para avaliar a questão da influência negativa do réu sobre os jurados.

Assim é o entendimento do Pretório Excelso, que acerca da matéria dispõe:

STF: "Cabe dar prevalectimento às informações do juiz em desaforamento por motivo de dúvida sobre a imparcialidade do júri". (RT 592/409)

Esse entendimento também é esposado pelos tribunais de justiça pátrios:

TJRJ: "Concede-se o desaforamento do julgamento, medida de caráter excepcional, quando confirmada pelas informações do juiz, elemento de convicção de grande relevância, a dúvida sobre a imparcialidade do júri". (RT 628/347).

TJSP: "As informações do juiz de direito da comarca são preciosas em sede de desaforamento, pois conhece ele seus jurisdicionados, com os quais, está em contato, não ignorando seus sentimentos, tendências, reações e normas de conduta. Deve, por isso, ser dado crédito à sua manifestação". (RT 595/325).


199

Assim, em conformidade com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça e não havendo dúvidas quanto à certeza de um veredicto justo e imparcial, entendo que o julgamento do réu deve ser realizado na Comarca de Serra Talhada, visto que não há provas concretas da ameaça sofrida pelo requerente, bem como a suposta pressão psicológica a comprometer a necessária isenção do Júri.

Ante o exposto, o meu voto é no sentido de indeferir o pedido de desaforamento, devendo o julgamento do acusado ocorrer na Comarca de origem, ou seja, pelo Tribunal do Júri da Comarca de Serra Talhada.

É COMO VOTO.

Recife, 2^a de janeiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Revisor